

ATIVIDADE EM PLENÁRIO

Para conhecimento e acompanhamento da atividade da Assembleia Municipal em Plenário, informa-se que se realizou uma sessão plenária ordinária nos dias 27 e 28 de junho de 2024, em que para além do período de intervenção dos cidadãos, foram aprovadas por iniciativa própria ou por proposta da Câmara Municipal de Almada, as seguintes deliberações:

DELIBERAÇÕES

- 01 Voto de Pesar pelo falecimento de Pedro Oliveira
- 02 Voto de Pesar pelo falecimento de Leonel Duarte
- 03 Recomendação "Prevenção e combate ao bullying, cyberbullying e a outras formas de violência nas escolas
- 04 Saudação ao 65º Aniversário do Cristo Rei
- 05 Saudação ao Festival de Teatro de Almada
- 06 Moção Contra o Racismo
- 07 Voto de Solidariedade com o povo da Palestina
- 08 Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas do ano de 2023
- 09 Concessão de Exploração de um posto de abastecimento de combustíveis, sito na Avenida Henrique Barbeitos, Parcela 12-D, do Parque da Paz, Laranjeiro
- 10 Regulamento Casa em Almada
- 11 2ª Modificação Objetiva ao Contrato nº 37/2023 para fornecimento de licenciamento e manutenção de software Microsoft pelo prazo de 3 anos
- 12 Não adjudicação. Concessão de exploração de Posto de Abastecimento de Combustíveis, sito na Avenida 23 de Julho, Laranjeiro
- 13 Relatório de Monitorização da ORU da Trafaria (31 de janeiro de 2022 a 30 de janeiro de 2023)
- 14 Não adjudicação do objeto do procedimento por Concurso Público Internacional nº Cs001152023 para Concessão de Uso Privativo do Domínio Público Municipal para a instalação e exploração publicitária de Mobiliário Urbano
- 15 Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Almada
- 16 Eleição do representante na Comissão do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Almada – Deputado Municipal José Joaquim Machado Courinha Leitão
- 17 Júri de recrutamento dos cargos dirigentes do Município de Almada – Designação e alteração de membros anteriormente designados
- 18 Projeto de Regulamento do Autoconsumo Coletivo – Núcleo de Energia Renovável dos 3VALES
- 19 Contrato de Delegação de Competências na educação do Município de Almada nos Diretores de AE e ENA de Almada
- 20 Plano Estratégico Local – Igualdade e Não Discriminação de Almada - INDA
- 21 Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais de Almada

O texto completo destas deliberações pode ser consultado no site da Assembleia Municipal de Almada, em Documentos/Editais 2021-2025 (2024)/Editais a partir do 174/XIII-3º, assim como nas Atas nºs Nº 54/XIII-3º e 55/XIII-3º.



assembleia
municipal
de almada

info



A Assembleia Municipal de Almada é o órgão deliberativo do Município de Almada, constituído pelos membros eleitos e pelos presidentes das Juntas de Freguesia e de União de Freguesias

am-almada.pt/index.php
geral.assembleia@cm-almada.pt
Tel.: 21 272 4014 21 274 8768
Fax: 21 276 62 63

Assembleia Municipal de Almada
Chalet Ribeiro Telles
Largo 5 de Outubro 34
2805-119 Cova da Piedade
Horário: 9H15 – 12H30 | 14H00 – 17H30

37

agosto
2024



Agroparque das Terras da Costa e do Mar - uma oportunidade para todo o concelho de Almada

c-almada@ps.pt

O Agroparque das Terras da Costa e do Mar é um projeto da CMA, desenvolvido em parceria com Associação Industrial Portuguesa, a Ensaios e Diálogos Associação, a FCT-NOVA e o ISEL (entidades que vão executar o projeto no terreno), iniciado em 2022 e com conclusão prevista para o final de 2025, no âmbito da candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) direcionado para Comunidades Desfavorecidas – Operação Integrada Local 2 – Costa da Caparica.

O grande objetivo passa por qualificar um território de grande vocação agrícola, as Terras da Costa, através da valorização da atividade dos agricultores, habilitando-os para uma agricultura mais sustentável. Além da agricultura, este agroparque pretende valorizar também os produtos do mar provenientes das águas da Costa da Caparica.

A criação deste agroparque será assente numa marca de qualidade, capaz de contribuir para novos mercados de proximidade, aproximando produtores e consumidores, e valorizando economicamente os produtores para a nova realidade dos circuitos curtos", ou seja, a venda direta do produtor ao consumidor ou a venda através de um único intermediário.

Como referido o grande objetivo é a concretização do Parque Agro-Alimentar das Terras da Costa e do Mar com a criação da marca com o mesmo nome.

Foi no seguimento da identificação de um conjunto de problemas que surge o desenvolvimento deste projeto, nomeadamente a perda de competitividade face a um mercado cada vez mais globalizado, o que, associado a circuitos de venda que retiram margens aos produtores e subida dos custos de produção e aumento das exigências por parte de grossistas e retalhistas, têm trazido problemas acrescidos para os agricultores e pescadores.

Por outro lado, existe uma má perceção dos produtos das terras da costa por parte consumidores, bem como uma degradação global da paisagem, por atividades desqualificadas, o que aliado à falta de infraestruturas de suporte se traduz em problemas acrescidos para um setor já tão pressionado.

Com base nesta avaliação foi possível efetuar um diagnóstico sobre quais os eixos a desenvolver por forma a ultrapassar esta situação, tais como resolver a situação precária dos agricultores em terrenos propriedade do município, reduzir a cadeia de distribuição aumentado assim a rentabilidade de agricultores e pescadores.

Para tal será necessário apostar na formação e na qualificação técnica para aumentar a eficiência e rentabilidade das explorações, identificar novos mercados e atrair consumidores para a os produtos das terras da costa, através da criação de uma identidade e marca para as "terras da costa e do mar" que ajude a promover a origem e divulgar a qualidade dos produtos.

Com a criação do agroparque das terras da costa pretende-se qualificar ambiental e economicamente as populações residentes, alavancando a produção local, projetando uma atividade sustentável, que promova a qualificação e a empregabilidade, apontando para uma agricultura mais sustentável;

Este projeto permitirá incentivar oportunidades de novos negócios, tirando partido do ambiente, fomentando uma economia circular e mais sustentável e ainda aprofundar o espírito de comunidade através da criatividade, da cultura e do desporto;

As medidas previstas no âmbito desta operação são: medidas com intervenções físicas no terreno, medidas com foco estratégico e ainda medidas de envolvimento da comunidade, formação e sensibilização das mesmas.

No Agroparque haverá elementos de proximidade à comunidade, requalificação dos percursos de atravessamento do espaço e ainda a construção de um eco-edifício, que será feito tendo por base soluções sustentáveis, com recurso a energias renováveis com particular foco na eficiência energética.

Este edifício, pretende ser um novo centro que permitirá servir de apoio aos agricultores e pescadores locais, para a dinamização da marca "Terras da Costa e Mar" e ainda de suporte a incubadora de empresas, com salas de trabalho, reunião e espaços para mostras de produtos, no sentido da inclusão, da aproximação entre comunidades.

Esta intervenção, esperamos todos, irá permitir que as terras da costa bem como os agricultores e pescadores da Costa da Caparica possam continuar a desenvolver as suas atividades, em condições de sustentabilidade económica ambiental, continuando a dar um forte contributo para o desenvolvimento de todo o concelho de Almada.

Pode visitar o site oficial deste Agroparque "Terras da Costa e Mar" - <https://agroparqueterrasdacostaedomar.pt>, onde será possível saber mais sobre o projeto.

CDU

PCP-PEV



almada@cdu.pt

Há um ano, a CDU alertou na Assembleia Municipal para o crescimento do número de habitações autoconstruídas na área de Penajoya.

Desde então a situação agravou-se substancialmente, com um crescimento expressivo do número de casas, envolvendo, segundo números de diferentes organizações que acompanham a situação, perto de 160 famílias, cerca de 350 pessoas, entre as quais 60 crianças, seis bebés, 17 adolescentes e mais de duas dezenas de pessoas idosas, doentes crónicos e mulheres grávidas.

É inquestionável que nos encontramos perante uma grave emergência social! Situação para a qual é urgente encontrar solução adequada, que respeite o quadro constitucional, que atribui ao Estado a responsabilidade por assegurar que todos os cidadãos residentes em território nacional "têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar" (nº 1, do artigo 65º da CRP).

É chocante a afirmação perentória e cínica da Câmara Municipal de Almada, de que o Município não assume qualquer responsabilidade na solução habitacional adequada daquelas famílias, remetendo essa responsabilidade para o IHRU. Aquele instituto público veio já a terreiro fazer precisamente a mesma coisa: atribuir a responsabilidade pela resolução da situação para a entidade local que gere o território em termos urbanísticos, leia-se, a Câmara Municipal.

Nos termos da Lei de Bases da Habitação, e da legislação e regulamentação que lhe sucedeu, nenhuma pessoa pode ficar sem teto. Estas habitações, ainda que precárias, não podem ser demolidas sem que esteja assegurada uma solução de habitação permanente e condigna a cada uma destas famílias.

O que se exige é responsabilidade. De todos os organismos e instituições com competências no quadro da habitação. Todos!

À cabeça, naturalmente, a Câmara Municipal, que tem competências próprias nesta matéria, e o IHRU, que foi criado, existe e tem de intervir no sentido de executar as políticas nacionais de habitação, visando o estrito cumprimento da disposição constitucional referida.

Até 2018 não existiu, em Portugal, uma política articulada, coerente e menos ainda consistente, de promoção da habitação para todos. A ausência (quase) total de legislação nesta matéria foi o mote, até ao nascimento da designada “Nova Geração de Políticas de Habitação”.

Esta “nova geração de políticas de habitação” atribui responsabilidades concretas aos municípios no que respeita à conceção e execução de programas de ação que conduzam à satisfação do comando constitucional que obriga a uma habitação condigna para todos. Não há como fugir desta realidade!

Foi nesse quadro que no início de julho de 2021, foi aprovada uma revisão à Estratégia Local de Habitação (ELH), aprovada em 2019.

Em traços gerais, essa Estratégia prevê, para um período de seis anos, a construção de 1006 fogos, num investimento total 132,3 milhões de euros, a reabilitação de 1270 fogos do atual parque habitacional do município, num investimento total de 38,4 milhões de euros, e despesas de urbanização num montante de 18 milhões de euros.

Esta “declaração de interesse” significa a assunção pela Câmara Municipal de responsabilidades, amplas e concretas, no domínio da habitação. Não é compreensível a posição assumida pela Câmara Municipal relativamente à situação em Penajóia, desde o comunicado oficial, em que a Câmara Municipal se “regozija” com a anunciada desocupação do território, ignorando que ali se encontram seres humanos como nós, até às infelizes, e certamente imponderadas, declarações da Vereadora Francisca Parreira, quando procurou justificar a autoexclusão da Câmara Municipal deste problema.

Não restam dúvidas de que a Câmara Municipal de Almada tem as competências e responsabilidades para participar ativamente, até mesmo para conduzir este processo – que ocorre no seu território, é bom não esquecer –, na resposta e solução de habitação adequada para as mais de centena e meia de famílias que se encontram instaladas em Penajóia.

O que está em causa em Penajóia são famílias de trabalhadores de Almada, que têm os seus filhos a frequentar a escola em Almada, que dinamizam a atividade económica do concelho, comprando os bens de que necessitam em Almada. São famílias que contribuem para a criação da riqueza local. É esta dimensão social que deve, em primeira instância, ser o objeto, ser o foco e ser o fundamento da ação do Estado. Logo, da ação do IHRU e da Câmara Municipal de Almada.

psdalmada@gmail.com



O Grupo Municipal do PSD, cumprindo o seu dever de escrutínio das actividades municipais, questionou o actual executivo sobre os temas importantes para a nossa Cidade: Educação, Habitação, Sustentabilidade e Economia Local. O PSD reiterou a urgência de mais salas de aula na Escola Presidente Maria Emília de Sousa (Charneca de Caparica e Sobreda), cuja ampliação ainda aguarda execução, e exigiu esclarecimentos sobre a previsão do lançamento da obra. Em termos de habitação, o PSD lembrou a moção aprovada para isentar jovens (até 35 anos) do pagamento do IMT e destacou a necessidade de um regulamento que defina a atribuição dessa mesma isenção. O PSD também alertou para a importância da fiscalização (pelo município) no combate à proliferação de habitações clandestinas. No campo da sustentabilidade, o PSD reforçou a necessidade de implementar uma rede integrada de ciclovias que abranja todo o concelho. Por último, no que respeita à economia local, o PSD questionou o executivo sobre os desenvolvimentos relativos à situação dos concessionários da Costa da Caparica, que aguardam esclarecimentos sobre a renovação dos espaços comerciais que exploram. Por último, o PSD questionou o executivo sobre a previsão para a criação dos Julgados de Paz em Almada.

almada.bloco@gmail.com



O Bloco de Esquerda na sessão de assembleia municipal em 27 e 28 de Junho, apresentou uma moção contra o racismo e discriminação racial, alertando uma vez mais para a necessidade de combate permanente a estas práticas discriminatórias que afetam a vida de milhões de pessoas em todo o mundo, e pugnar por uma sociedade mais justa, inclusiva e tolerante. Infelizmente a intolerância não se resume apenas a raça e etnia, o avanço da neoliberalismo com forte contributo para o agravamento das condições de vida das populações, baixos salários, mais pobreza, precarização no trabalho e nos serviços públicos, e o crescimento da extrema direita com discursos discriminatórios, com conceitos apoiados na ideia de que existem raças superiores a outras, ou, dito de forma mais requintada: – gente de bem e os outros... promovem o crescente aumento de violência racista, machista, xenófoba e homofóbica. É responsabilidade do município a implementação de medidas concretas para promover em contexto escolar a tolerância e o respeito à diversidade nas escolas do concelho. É fundamental combater o racismo e a discriminação em todas as suas formas, promover a inclusão e a integração de todos os alunos nas escolas, independentemente da sua raça ou cor da pele e sobretudo, destacar o papel fundamental da escola na formação de cidadãos tolerantes, respeitosos, conscientes da importância da diversidade.

CHEGA

partidochegaalmada@gmail.com

No passado dia 22 de abril, o Partido Chega apresentou uma Moção em defesa da Travessia do Tejo entre Algés e Trafaria. Propusemos a criação desta passagem como resposta estratégica ao crescimento demográfico e económico assimétrico na Área Metropolitana de Lisboa. Esta travessia é crucial para aliviar a congestionada Ponte 25 de Abril, promovendo uma distribuição mais equilibrada do tráfego e facilitando o acesso entre as margens norte e sul do Tejo. A ligação rodoviária e de transporte coletivo está projetada para se integrar com a rede de transportes existente, fomentando o uso do transporte coletivo e contribuindo para um modelo de mobilidade mais sustentável. O intuito era claro: enviar esta moção ao primeiro-ministro, Ministério das Infraestruturas, Ministério do Ambiente e da Ação Climática e grupos parlamentares na Assembleia da República, garantindo que o projeto recebesse a atenção necessária e fosse priorizado nas agendas de desenvolvimento e planeamento de infraestruturas nacionais. Nesse dia, o habitual aconteceu. **O Partido Socialista votou contra**, quebrando a promessa dada à população de defender esta passagem. **Nem o facto desta travessia estar inscrita no programa eleitoral do PS foi suficiente para que se cumprisse a palavra. O PS em Almada, mais uma vez, demonstrou que não defende o município, nem os Almadenses.**



Prevenção e combate ao
(ciber)bullying e a outras
formas de violência
nas escolas

almada.pan@gmail.com

O bullying e o cyberbullying são uma realidade presente nas escolas, que afetam o bem-estar emocional e psicológico dos estudantes, e também seu desempenho académico e seu desenvolvimento social. O bullying constitui um conjunto de comportamentos de agressão entre pares, agressão física, sexual e/ou verbal, repetidamente e ao longo do tempo, sobretudo em contexto escolar. Pode ainda manifestar-se através de agressões sociais, em que os comportamentos de agressão são praticados online. O programa "Escola Sem Bullying", do Ministério da Educação, foi implementado em apenas quatro agrupamentos escolares de Almada, representando 30% da rede de agrupamentos do município. Nesse sentido, o PAN propôs à Câmara Municipal de Almada que realize um diagnóstico de (ciber)bullying municipal e que concretize de forma regular campanhas de sensibilização e ações de formação para a capacitação de toda a comunidade escolar, com foco na prevenção e resolução do (ciber)bullying.



Lixo pelo concelho
- Presidente da câmara
descarta responsabilidades

cds.almada@gmail.com

É já notório o acumular de lixo na via pública um pouco por todo o concelho, tornando-se a situação por vezes caótica deixando os almadenses à beira de um ataque de nervos, perante tanta inércia dos responsáveis: a câmara municipal. A falta de recolha de monos ou a sua demora, os resíduos deixados e por recolher que transbordam os caixotes do lixo tal como todo o espaço ao seu redor, tornam a cidade e o concelho um local sujo, desmazelado e deixado à sua sorte. Temos conhecimento que as queixas e reclamações que chegam aos serviços são demasiadas para um concelho como Almada, onde se deveria pautar pelo brio da limpeza e por uma gestão adequada e direcionada para a prestação de um serviço de salubridade e resíduos digna de uma sociedade moderna. Ao invés, a presidente da câmara de Almada, Inês de Medeiros, responsável máxima pela gestão do executivo, limita-se, como diz o povo, a sacudir a água do capote, dando a entender que os problemas do lixo é um problema nacional e estrutural; ora, nada mais falso. Mais uma vez, tudo se resume há falta de uma estratégia e de boa vontade para resolver os problemas dos almadenses os quais a presidente da câmara há muito que desistiu.

Informações úteis

Transmissão on-line das sessões da Assembleia Municipal:

É possível assistir em direto, através da Internet, às sessões da Assembleia Municipal.

Aceda aos links existentes em am-almada.pt e em youtube.com/cmalmada